CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS – CAU/AM

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS – CAU/AM

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdo.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa n° 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F - S - AM

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - AM

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**1.380.604,04**	**1.076.336,93**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**77.401,86**	**60.961,11**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	853.165,82	711.491,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	62.483,92	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	516.822,80	350.147,74	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	428.491,20	380.454,65	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.353,67	1.134,04
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	699.953,75	500.661,80	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	611.622,15C	530.968,71C	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	10.615,42	14.697,92	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	54.758,33
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.564,27	5.068,74
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**167.152,92**	**177.490,45**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69.439,44	76.578,49	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	69.159,31	76.064,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - PROFISSIONAIS E EMPRESAS (CLIENTES)	69.159,31	76.064,94	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	280,13	513,55	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	91.234,21	92.605,10	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	197.112,50	183.376,70		0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	105.878,29C	90.771,60C		0,00	0,00
INTANGÍVEL	6.479,27	8.306,86		0,00	0,00

SOFTWARES	17.981,48	17.981,48		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	11.502,21C	9.674,62C		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	77.401,86	60.961,11

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	1.470.355,10	1.192.866,27
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.470.355,10	1.192.866,27

TOTAL	**1.547.756,96**	**1.253.827,38**	**TOTAL**	**1.547.756,96**	**1.253.827,38**
ATIVO FINANCEIRO	853.165,82	711.491,27	PASSIVO FINANCEIRO	146.840,12	66.162,51
ATIVO PERMANENTE	694.591,14	542.336,11	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**1.400.916,84**	**1.187.664,87**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	**Atual**	**Anterior**	**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	**Atual**	**Anterior**
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	585.301,14	358.480,65
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**585.301,14D**	**358.480,65D**

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	706.325,70	645.328,76

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.237.590,80	1.162.986,43	Despesa Orçamentária	1.172.941,72	1.080.885,99
RECEITA REALIZADA	1.237.590,80	1.162.986,43	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	69.438,26	5.201,40
RECEITA CORRENTE	1.237.590,80	1.162.986,43	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	6.353,67	1.134,04
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	656.024,55	481.619,67	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.097.149,79	1.074.550,55
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	656.024,55	481.619,67	DESPESA CORRENTE	1.085.993,99	1.051.616,75
ANUIDADES	656.024,55	481.619,67	PESSOAL	616.281,80	560.265,03
RECEITA DE SERVIÇOS	464.382,95	394.899,14	MATERIAL DE CONSUMO	17.980,84	28.935,68
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.073,43	3.440,40	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	114.678,74	121.536,83
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	461.157,90	390.873,14	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	218.439,22	216.702,60
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	151,62	585,60	ENCARGOS DIVERSOS	31.777,09	23.806,62
FINANCEIRAS	79.866,81	73.986,28	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	310,00	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	32.150,55	26.084,29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.526,30	100.369,99
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	47.716,26	47.901,99	DESPESA DE CAPITAL	11.155,80	22.933,80
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		795,96	INVESTIMENTOS	11.155,80	22.933,80
MULTAS SOBRE ANUIDADES	28.790,43	28.629,98			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.925,83	18.476,05			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	21.001,35	187.677,50			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.315,14	24.803,84			

CAU - AM

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
MULTAS DE INFRAÇÕES	221,10	1.170,51			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.346,85	22.389,02			
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	747,19	1.244,31			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	909.808,53	787.826,31	Pagamentos Extraorçamentários	832.783,06	796.528,94
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	69.438,26	5.201,40	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	5.201,40	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	6.353,67	1.134,04	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.134,04	5.651,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	81.993,50	77.749,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.507,02	77.175,82
Outros Recebimentos Extraorçamentários	752.023,10	703.741,15	Outros Pagamentos Extraorçamentários	747.940,60	713.702,09
Saldo em espécie do Exercício Anterior	711.491,27	638.093,46	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	853.165,82	711.491,27
Caixa e Equivalente de Caixa	711.491,27	638.093,46	Caixa e Equivalente de Caixa	853.165,82	711.491,27
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
Total:	**2.858.890,60**	**2.588.906,20**		**2.858.890,60**	**2.588.906,20**

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.257.462,43	1.338.031,24	1.237.590,80	-100.440,44
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	681.733,68	734.833,49	656.024,55	-78.808,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	681.733,68	734.833,49	656.024,55	-78.808,94
ANUIDADES	681.733,68	734.833,49	656.024,55	-78.808,94
RECEITA DE SERVIÇOS	434.812,00	449.265,00	464.382,95	15.117,95
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	3.073,43	3.073,43
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	434.812,00	449.265,00	461.157,90	11.892,90
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	151,62	151,62
FINANCEIRAS	70.026,00	77.996,00	79.866,81	1.870,81
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	24.213,00	28.198,00	32.150,55	3.952,55
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	45.813,00	49.798,00	47.716,26	-2.081,74
MULTAS SOBRE ANUIDADES	24.213,00	28.198,00	28.790,43	592,43
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	21.600,00	21.600,00	18.925,83	-2.674,17
TRANSFERENCIAS CORRENTES	42.880,00	42.880,00	21.001,35	-21.878,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.010,75	33.056,75	16.315,14	-16.741,61
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	221,10	221,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.010,75	33.056,75	15.346,85	-17.709,90
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	0,00	0,00	747,19	747,19
RECEITA DE CAPITAL	14.600,00	97.600,00	0,00	-97.600,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	14.600,00	97.600,00	0,00	-97.600,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	14.600,00	97.600,00	0,00	-97.600,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**1.272.062,43**	**1.435.631,24**	**1.237.590,80**	**-198.040,44**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**1.272.062,43**	**1.435.631,24**	**1.237.590,80**	**-198.040,44**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.247.662,43	1.328.231,24	1.093.504,66	1.092.347,66	1.085.993,99	234.726,58
PESSOAL	670.549,15	678.811,18	616.281,80	616.281,80	616.281,80	62.529,38
PESSOAL E ENCARGOS	657.069,74	664.297,19	602.754,80	602.754,80	602.754,80	61.542,39
DIÁRIAS	13.479,41	14.513,99	13.527,00	13.527,00	13.527,00	986,99
MATERIAL DE CONSUMO	32.570,00	30.971,00	18.057,84	17.980,84	17.980,84	12.913,16
MATERIAL DE CONSUMO	32.570,00	30.971,00	18.057,84	17.980,84	17.980,84	12.913,16
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	127.270,00	138.233,00	114.678,74	114.678,74	114.678,74	23.554,26
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	98.920,00	99.920,00	92.841,14	92.841,14	92.841,14	7.078,86
DIÁRIAS	28.350,00	38.313,00	21.837,60	21.837,60	21.837,60	16.475,40
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	291.985,28	345.250,15	225.872,89	224.792,89	218.439,22	119.377,26
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	53.200,00	69.300,00	58.203,12	58.203,12	53.677,34	11.096,88
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	11.500,00	13.500,00	7.014,36	7.014,36	7.014,36	6.485,64
SERVIÇOS PRESTADOS	182.465,28	205.637,96	128.288,23	127.208,23	125.380,34	77.349,73
PASSAGENS	44.820,00	56.812,19	32.367,18	32.367,18	32.367,18	24.445,01
ENCARGOS DIVERSOS	34.800,00	48.128,91	31.777,09	31.777,09	31.777,09	16.351,82
ENCARGOS DIVERSOS	34.800,00	48.128,91	31.777,09	31.777,09	31.777,09	16.351,82
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	310,00	310,00	310,00	310,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	90.488,00	86.527,00	86.526,30	86.526,30	86.526,30	0,70

CAU - AM

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	23.770,00	19.809,00	19.808,30	19.808,30	19.808,30	0,70
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	14.600,00	97.600,00	79.437,06	11.155,80	11.155,80	18.162,94
INVESTIMENTOS	14.600,00	97.600,00	79.437,06	11.155,80	11.155,80	18.162,94
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	14.600,00	97.600,00	79.437,06	11.155,80	11.155,80	18.162,94
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	9.800,00	9.800,00	0,00	0,00	0,00	9.800,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**1.272.062,43**	**1.435.631,24**	**1.172.941,72**	**1.103.503,46**	**1.097.149,79**	**262.689,52**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**64.649,08**	**0,00**	**0,00**	**-64.649,08**
TOTAL	**1.272.062,43**	**1.435.631,24**	**1.237.590,80**	**1.103.503,46**	**1.097.149,79**	**198.040,44**

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.485.541,68	1.511.829,54	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.208.052,85	1.350.387,05
CONTRIBUIÇÕES	904.051,76	800.921,83	PESSOAL E ENCARGOS	610.480,39	566.059,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	904.051,76	800.921,83	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	608.770,39	566.059,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	904.051,76	800.921,83	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	608.770,39	566.059,94
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	464.382,95	394.899,14	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.710,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	464.382,95	394.899,14	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.710,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	464.382,95	394.899,14	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	422.864,71	417.297,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	79.790,48	74.205,88	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	20.602,24	28.935,68
JUROS E ENCARGOS DE MORA	32.150,55	26.303,89	CONSUMO DE MATERIAL	20.602,24	28.935,68
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	32.150,55	26.303,89	SERVIÇOS	383.974,04	371.465,21
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	795,96	DIARIAS	35.364,60	27.337,50
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	795,96	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	124.458,32	127.008,42
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	47.639,93	47.106,03	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	224.151,12	217.119,29
MULTAS SOBRE ANUIDADES	47.639,93	47.106,03	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	18.288,43	16.896,49
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	21.001,35	187.677,50	DEPRECIACAO	15.106,69	13.821,53
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21.001,35	187.677,50	AMORTIZACAO	3.181,74	3.074,96
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21.001,35	187.677,50	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	86.526,30	100.369,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.315,14	54.125,19	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	86.526,30	100.369,99
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.315,14	54.125,19	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	86.526,30	100.369,99
MULTAS ADMINISTRATIVAS	221,10	950,91	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	88.181,45	258.759,74
INDENIZAÇÕES	15.346,85	51.929,97	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	88.181,45	258.759,74
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	747,19	1.244,31	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	88.181,45	258.759,74
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	7.900,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	7.900,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	7.900,00

CAU - AM

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Total das Variações Ativas :	**1.485.541,68**	**1.511.829,54**	**Total das Variações Passivas :**	**1.208.052,85**	**1.350.387,05**
		RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit do Exercício			**Superávit do Exercício**	**277.488,83**	**161.442,49**
Total	**1.485.541,68**	**1.511.829,54**	**Total**	**1.485.541,68**	**1.511.829,54**

CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.237.590,80	1.162.986,43
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	656.024,55	481.619,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	656.024,55	481.619,67
ANUIDADES	656.024,55	481.619,67
RECEITA DE SERVIÇOS	464.382,95	394.899,14
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.073,43	3.440,40
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	461.157,90	390.873,14
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	151,62	585,60
FINANCEIRAS	79.866,81	73.986,28
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	32.150,55	26.084,29
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	47.716,26	47.901,99
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	795,96
MULTAS SOBRE ANUIDADES	28.790,43	28.629,98
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.925,83	18.476,05
TRANSFERENCIAS CORRENTES	21.001,35	187.677,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.315,14	24.803,84
MULTAS DE INFRAÇÕES	221,10	1.170,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.346,85	22.389,02
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	747,19	1.244,31
OUTROS INGRESSOS	834.016,60	781.490,87
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	1.085.993,99	1.051.616,75
PESSOAL	616.281,80	560.265,03
MATERIAL DE CONSUMO	17.980,84	28.935,68
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	114.678,74	121.536,83
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	218.439,22	216.702,60
ENCARGOS DIVERSOS	31.777,09	23.806,62
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	310,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.526,30	100.369,99
OUTROS DESEMBOLSOS	832.783,06	796.528,94
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	152.830,35	96.331,61
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	11.155,80	22.933,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.155,80	-22.933,80
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	141.674,55	73.397,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	711.491,27	638.093,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	853.165,82	711.491,27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS – CAU/AM

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AM é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos o Regimento do CAU/AM foi aprovado pela Deliberação Plenária DPAM n° 109/2017, adotada na Reunião Plenária Ordinária n° 68, realizada no dia 18 de outubro de 2017. Alterada pela Deliberação Plenária DPAM nº 123/2018, adotada na Reunião Plenária Ordinária n° 73, realizada no dia 28 de março de 2018.

O Conselho está localizado na Avenida Mario Ypiranga, nº 696, Adrianópolis, CEP 69.057-001, Manaus/AM.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN n° 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AM procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2019.

b) Base de mensuração – Média aritmética dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2013 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.

c) Julgamento pela aplicação – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AM, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo Patrimonial Comparativo

	2019	2018
Créditos de Anuidades	1.128.445	881.116
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(611.622)	(530.969)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AM segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AM procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2019.

Base de mensuração – O CAU/AM adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

a) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

b) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco conta movimento	2.637	849
Aplicações financeiras	850.528	710.642
	853.166	711.491

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação, cujo rendimento é liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	428.491	380.455
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	699.954	500.662
(-) Provisão para devedores duvidosos	(611.622)	(530.969)
	516.823	350.148

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2019	2018
Tributos a compensar/recuperar	674	688
Outros créditos a receber	9.941	14.010
	10.615	14.698

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Créditos a Longo Prazo

8.1 Dívida Ativa não Tributada

	2019	2018
Dívida Ativa Pessoa Física Fase Administrativa	44.520	50.463
Dívida Ativa Pessoa Jurídica Fase Administrativa	24.639	25.602
	69.159	76.065

8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas

	2019	2018
Prêmios Seguros à Apropriar	280	514
	280	514

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

			Líquido	
	Custo	Depreciação Acumulada	2019	2018
Máquinas e Equipamentos	34.062	(8.577)	25.485	22.057
Veículos	36.990	(32.736)	4.254	4.254
Móveis e utensílios	24.297	(10.780)	13.517	15.704
Equipamentos de informática	94.385	(53.785)	40.600	45.210
Sistemas de processamento de dados	1.998	-	1.998	-
Obras de arte	5.380	-	5.380	5.380
Total	197.113	(105.878)	91.234	92.605

*Sistema de processamento de dados transferido para a conta de softwares em 02/01/2020.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Veículos	36.990	-	-	(32.736)	4.254
Móveis e utensílios	24.297	-	-	(10.780)	13.517
Equipamentos de informática	88.928	5.457	-	(53.785)	40.600
Máquinas e Equipamentos	27.782	6.280	-	(8.577)	25.485
Sistema de Processamento	-	1.999	-	-	1.999
Obras de Arte	5.380	-	-	-	5.380
Total	183.377	13.736	-	(105.878)	91.234

A Entidade em 2019 realizou serviços importantes de melhoria da infraestrutura, dos quais destacam-se: a aquisição de servidor, ponto eletrônico e renovação das licenças dos computadores, dentre outros.

10. Intangível

	2019	2018
Softwares	17.981	17.981
Amortização Acumulada - Softwares	(11.502)	(9.675)
	6.479	8.307

Movimentação:

Descrição	31/12/2018	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2019
Software	8.307	-	-	(1.828)	6.479
Total	8.307	-	-	(1.828)	6.479

11. Fornecedores a pagar

	2019	2018
Restos a pagar processados	6.354	1.134
	6.354	1.134

O aumento dos valores corresponde a aquisição de serviços em 2019, para serem pagas em 2020 como restos a pagar.

12. Provisões a Curto Prazo - Obrigações Trabalhistas

Descrição	2019	2018
Férias	48.282	42.314
INSS	10.622	9.309
FGTS	3.097	2.712
PIS/PASEP	483	423
Total	62.484	54.758

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

13. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
INSS	1	1
IRRF	4.044	-
ISS	413	341
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	4.106	4.727
Total	8.564	5.069

14. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, estão assim representadas:

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

15. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	277.489	161.442
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	1.192.866	884.603
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	146.821
Patrimônio Líquido	1.470.355	1.192.866

16. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/SP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

17. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2019	2018
Depreciação e amortização	18.288	16.896
Despesas com pessoal	610.480	566.060
Despesas com contratação de terceiros	404.576	400.401
Despesas por transferências intragovernamentais	86.526	100.370
Desvalorização e perda de ativos	88.181	258.760
Outras receitas e despesas	-	7.900
Total	1.208.053	1.350.387

18. Receita por natureza

Classificação por natureza	2019	2018
Receita de contribuições	904.052	800.922
Receita de serviços	464.661	394.899
Receitas Financeiras	79.790	74.206
Transferências intragovernamentais	21.001	187.678
Outras receitas	16.315	54.125
Total	1.485.820	1.511.830

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.485.542	1.511.830
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.208.053)	(1.350.387)
(=) Superávit Patrimonial apurado	277.489	161.442

Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	1.237.591	1.162.986
(-) Despesas Empenhadas	(1.172.942)	(1.080.886)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	64.649	82.100

Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	853.166	711.491
(-) Passivo Financeiro	(146.840)	(66.163)
(=) Superávit Financeiro Apurado	706.326	645.329

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	12
		12

21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Manaus/AM, 10 de Fevereiro de 2020.

João Bosco de Lima
Assessor Contábil CAU AM
CRC-AM 007933/O-0

Jean Faria dos Santos
Presidente CAU AM
CPF nº 417.224.262-68

Cristianne Da Silva Mâcedo
Gerente Administrativo e Financeiro CAU AM
CPF nº 763.100.002-68